



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PROJETO DE LEI Nº

9115

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 04 FEV. 2015


1º Secretário

Declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio ao Paciente com Câncer em Tratamento com Quimioterapia e/ou Radioterapia de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina - PR.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Apoio ao Paciente com Câncer em Tratamento com Quimioterapia e/ou Radioterapia de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2015.

  
RASCA RODRIGUES  
Deputado Estadual - PV



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA**  
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



**JUSTIFICATIVA:**

O referido Projeto de Lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Apoio ao Paciente com Câncer em Tratamento com Quimioterapia e/ou Radioterapia de Londrina, com sede e foro naquele Município. Entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo é a pesquisa do câncer em instituições médico-hospitalares do Município de Londrina.

A aprovação do presente projeto permitirá à entidade requerer recursos oriundos dos poderes públicos, que facilitarão a execução de seus objetivos.

Por estas razões, solicitamos o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa na aprovação da presente proposta.

*TR*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 91/2015**

**Projeto de Lei nº. 91/2015**  
**Autor: Deputado Rasca Rodrigues**

**Súmula:** *Declara de utilidade Pública o Centro de apoio ao paciente com Câncer em tratamento com quimioterapia e/ou radioterapia de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina-PR.*

**EMENTA:** **DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**- LEI Nº 17.826/2013 - REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Centro de apoio ao paciente com Câncer em tratamento com quimioterapia e/ou radioterapia de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



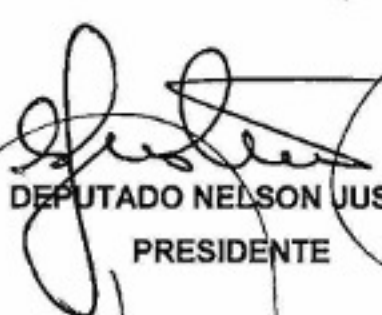
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 24 de Fevereiro de 2015.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
Gilson

  
Claudio

  
Francisco

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 03 FEV 2015

1º Secretário

VETO TOTAL Nº 1/15



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

OF/CTL/CC nº 001/2015

Curitiba, 07 de janeiro de 2015.

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em

Presidente



Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 441/2014-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 379/2013, por considerá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 379/2013, de autoria parlamentar, objetiva proibir exames de radiografia que visem unicamente comprovar a realização de procedimentos aos Planos de Saúde.

O não acolhimento ao Projeto de Lei em exame decorre do fato de que o Conselho Regional de Odontologia do Paraná, em ofício acostado às fls. 04/05 do protocolado nº 12.116.914-2, fez os seguintes apontamentos quanto ao referido Projeto de Lei:

*Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde, especialmente, têm exigido dos cirurgiões-dentistas, como condição para comprovação dos serviços prestados, a tomada radiográfica sobre os pacientes, expondo-os aos efeitos biológicos da radiação, sem a necessidade técnica (odontológica), e sim com o objetivo exclusivo de comprovação dos procedimentos realizados, o que contraria a orientação especializada sobre o assunto.*

*Neste contexto, o uso indiscriminado de Raio-X revela-se lesivo à saúde humana e, a despeito da existência de normas proibitivas, não se tem, suficientemente, coibido essa prática, o que reclama a existência de um ato normativo primário, capaz de sancionar aquele que realiza essa prática injustamente.*

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.nº 12.116.914-2





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Outrossim, foi apresentada a justificativa do Projeto de Lei às fls. 03/04, conforme transcrito:

*Além disso, o inciso XII do art. 24. da Constituição Federal determina a competência concorrente entre a União e os Estados para Legislar sobre proteção e defesa da saúde e o §1º do art. 2º da Lei Federal nº 8.080, 1990 estabelece o dever do Estado de Garantir a saúde através de políticas que visem à redução de riscos de doença. Os dispositivos supracitados demonstram que, mais que uma prerrogativa, o Estado tem o dever de zelar pela saúde da população.*

Inobstante, é imperioso o reconhecimento de que o novel Projeto de Lei incursiona, também, em matéria concernente aos Direitos do Consumidor bem como Direito Civil.

Diante disso faz-se necessária a ressalva quanto à competência do parlamento estadual de legislar nas matérias supracitadas, posto que o art. 22 da Constituição Federal define como privativa da União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

Logo a proposição veiculada no Projeto de Lei nº 379/2013 esbarra frontalmente nos dispositivos constitucionais mencionados.

Deste modo, e considerando os argumentos dispendidos acima, bem como a análise técnica do órgão acima mencionado, e em um primeiro momento, em que pese a importância do tema abordado no novel projeto de lei, vislumbra-se a inconstitucionalidade do mesmo, posto que invade competências privativas da União.

Ante o exposto, e tendo em vista as considerações acima expendidas e com fulcro no art. 87, VII da Constituição Estadual, veto integralmente do Projeto de Lei em análise, por ser inconstitucional.

Esses são os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 01/2015**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 01/2015**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veto total ao Projeto de Lei nº 379/2013, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, sobre a proibição de exames de radiografia com o objetivo único de comprovar a realização de procedimentos aos planos de saúde.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei nº 379/2013, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, sobre a proibição de exames de radiografia com o objetivo único de comprovar a realização de procedimentos aos planos de saúde, restou vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, Inconstitucional ou contrário ao Interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 379/2013 foi enviado à sanção em data de **10 de dezembro de 2014**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 01/2015, foi exarada em data de **07 de janeiro de 2015**, sendo desta maneira tempestivo.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 24 de Fevereiro de 2015.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
  
  
  
  
APROVADO

23.02.15



**Projeto de Lei nº 379/2013**  
(Autoria do Deputado Anibelli Neto)

Proibição de exames de radiografia com o objetivo único de comprovar a realização de procedimentos aos planos de saúde.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º Proíbe exames de radiografia que visem unicamente comprovar a realização de procedimentos aos Planos de Saúde.

Art. 2º Os procedimentos de radiografia devem ser solicitados exclusivamente caso sejam justificados por indicação técnica, ponderando-se os benefícios diagnósticos ou terapêuticos que venham a produzir em relação ao detrimento da exposição do paciente à radiação.

Art. 3º No caso de infração ao disposto na presente Lei, as penalidades aplicáveis serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 4º Para seu fiel cumprimento, esta Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury


Projeto de Lei nº 379/2013

fls.2




Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 10 de dezembro de 2014.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 03 FEV. 2015

1º Secretário

Senhor Presidente,

**VETO PARCIAL**  
**2/15****PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 19/01/2015

Presidente



Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 489/2014-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 243/2014, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 243/2014, de autoria parlamentar, objetiva autorizar o Estado do Paraná a renovar as Autorizações Especiais de Trânsito às Combinações de Veículos de Carga de comprimento total de 19,80m (dezenove vírgula oitenta metros) modificados para a instalação de eixo suplementar para suportar peso bruto total superior a 57t (cinquenta e sete toneladas), tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do art. 3º.

O não acolhimento ao referido art. 3º decorre do fato do mesmo condicionar as Autorizações Especiais nele constantes ao cumprimento do art. 1º, quando o correto seria se reportar ao art. 2º do Projeto de Lei aqui analisado.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas as razões submeto à apreciação dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prof. nº 13.213.108-2





## Lei nº. 18442



Data 12 de janeiro de 2015

Súmula

Autorização ao Estado do Paraná a renovar as Autorizações Especiais de Trânsito às Combinações de Veículos de Carga de comprimento total de 19,80m (dezenove vírgula oitenta metros) modificados para a instalação de eixo suplementar para suportar peso bruto total superior a 57t (cinquenta e sete toneladas).

### *A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Autoriza o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a renovar as Autorizações Especiais de Trânsito - AET às Combinações de Veículos de Carga - CVC de comprimento total de 19,80m (dezenove vírgula oitenta metros) modificados para a instalação de eixo suplementar para suportar peso bruto total superior a 57t (cinquenta e sete toneladas).

**Art. 2º** A renovação da Autorização Especial de Trânsito que trata esta Lei deverá ocorrer com o atendimento dos seguintes critérios:

I – cumprimento dos requisitos descritos nos arts. 2º a 5º da Resolução 211, de 2006, do Conselho Nacional de Trânsito;

II – registro e licenciamento das unidades tracionadas, perante o Departamento de Trânsito do Paraná – Detran, até 31 de dezembro de 2011;

III – certificação ou autorização das modificações veiculares por órgão de fiscalização competente.

**Parágrafo único.** Compreender-se-á por certificação das modificações veiculares:

I - aprovação da alteração das características do veículo na inspeção veicular perante o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN;

II - comprovação da referida modificação veicular por instituição técnica credenciada por órgão ou entidade metrológica estadual, a exemplo do Instituto de Pesos e Medidas – Ipem, ou federal, a exemplo do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – Inmetro;



III - laudo técnico de inspeção veicular elaborado e assinado por engenheiro mecânico devidamente inscrito e habilitado perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea, acompanhado por sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

**Art. 3º ...Vetado...**

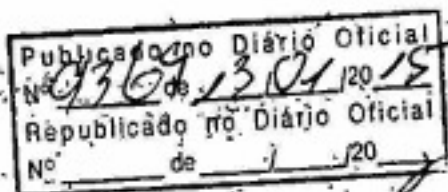
**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 12 de janeiro de 2015.

  
Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Elio Rusch  
Deputado Estadual





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 02/2015**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 02/2015**  
**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veto parcial ao Projeto de Lei nº 243/2014, de autoria do Deputado Elio Rusch, sobre autorização ao Estado do Paraná a renovar autorizações especiais de trânsito às combinações de veículos de carga de comprimento total de 19,80 m (dezenove vírgula oitenta metros), modificados para a instalação de eixo suplementar para suportar peso bruto total superior a 57 t (cinquenta e sete toneladas).

**EMENTA:** PROPOSIÇÃO DE VETO TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei nº 243/2014, de autoria do Deputado Elio Rusch, sobre autorizações especiais de trânsito às combinações de veículos de carga de comprimento total de 19,80 m, modificados para a instalação de eixo suplementar para suportar peso bruto total superior a 57t, restou vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao Interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 243/2014 foi enviado à sanção em data de **17 de dezembro de 2014**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 02/2015, foi exarada em data de **12 de janeiro de 2015**, sendo desta maneira tempestivo.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




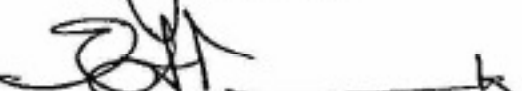
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 24 de Fevereiro de 2015.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK  
RELATOR

  
Gilson S.  
Romanelli

  
Thiago Demaral

  
Guto



**Projeto de Lei nº 243/2014**

(Autoria do Deputado Elio Rush)

Autorização ao Estado do Paraná a renovar as Autorizações Especiais de Trânsito às Combinações de Veículos de Carga de comprimento total de 19,80m (dezenove vírgula oitenta metros) modificados para a instalação de eixo suplementar para suportar peso bruto total superior a 57t (cinquenta e sete toneladas).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

**Art. 1º** Autoriza o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, a renovar as Autorizações Especiais de Trânsito – AET às Combinações de Veículos de Carga – CVC de comprimento total de 19,80m (dezenove vírgula oitenta metros) modificados para a instalação de eixo suplementar para suportar peso bruto total superior a 57t (cinquenta e sete toneladas).

**Art. 2º** A renovação da Autorização Especial de Trânsito que trata esta Lei deverá ocorrer com o atendimento dos seguintes critérios:

I – cumprimento dos requisitos descritos nos arts. 2º a 5º da Resolução 211, de 2006, do Conselho Nacional de Trânsito;

II – registro e licenciamento das unidades traionadas, perante o Departamento de Trânsito do Paraná – Detran, até 31 de dezembro de 2011;

III – certificação ou autorização das modificações veiculares por órgão de fiscalização competente.

**Parágrafo único.** Compreender-se-á por certificação das modificações veiculares:

I - aprovação da alteração das características do veículo na inspeção veicular perante o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN;

II - comprovação da referida modificação veicular por instituição técnica credenciada por órgão ou entidade metrológica estadual, a exemplo do Instituto de Pesos e Medidas – Ipem, ou federal, a exemplo do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – Inmetro;



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fl. 23  
SGP

Projeto de Lei nº 243/2014

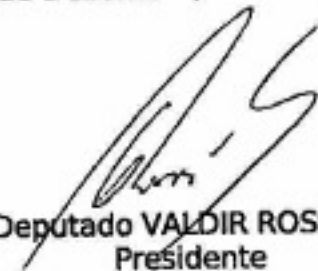
fls.2

III - laudo técnico de inspeção veicular elaborado e assinado por engenheiro mecânico devidamente inscrito e habilitado perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea, acompanhado por sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.


Art. 3º As Autorizações Especiais de Trânsito deverão ser renovadas até o sucateamento das respectivas unidades tracionadas, desde que comprovado o cumprimento do art. 1º desta Lei a cada pedido de renovação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 17 de dezembro de 2014.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente

  
Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário

  
Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário





## JUSTIFICATIVA

Inicialmente, insta deixar consignado que a proposição em tela não tem o escopo de legislar sobre o trânsito e transporte, matérias sobre as quais apenas a União tem a competência para legislar, na esteira do que dispõe no inciso XI do art. 22 da Constituição da República. Nessa esteira, cabe esclarecer que a União já legislou, em caráter geral, acerca das características dos veículos, suas especificações básicas, configuração e condições essenciais para registro, licenciamento e circulação, consoante no art. 99, da Lei nº 9.5403, de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, deixando a cargo do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN a competente regulamentação, efetivada através da Resolução nº 211, de 2006.

Todavia, utilizando da competência concorrente e suplementar conferida ao Legislativo Estadual nos §§ 1º e 2º do art. 22 da Carta Magna, proponho a presente medida com fins de sanar um imbróglio administrativo que tem provocado discussões em razão da instabilidade jurídica que afeta diretamente um segmento empresarial no Paraná, e indiretamente o escoamento da produção agrícola por via rodoviária em todo o Estado: a renovação pelo DER/PR, da Autorização (AET) para a "bitrensões" modificados – inclusão de eixo suplementar – com fins de suportar peso bruto total superior a 57 toneladas, sob a égide da Resolução nº 211, de 2006 do CONTRAN.

Ocorre que, a partir de 2012, o Departamento de Estradas de Rodagem – DER/PR deixou de renovar a Autorização Especial de Trânsito (AET) aos "bitrensões" de nove eixos, ainda que o eixo suplementar tenha sido instalado regularmente, sob a regência da Resolução 211 do CONTRAN, o que tem causado uma verdadeira enxurrada de ações judiciais visando a concessão da referida autorização de trânsito para os veículos modificados.

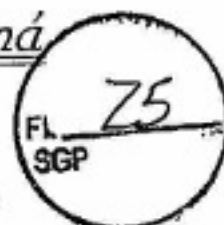
Até o final de 2011, o DER concedia normalmente a AET para os "bitrens" curtos (19,80 metros), originalmente com sete eixos, que eram adaptados com o eixo suplementar, passando a contar com nove eixos, o que possibilitaria elevar a capacidade de peso bruto de carga de 57 toneladas para até 57 toneladas. Assim a partir de 2006, com a edição da Resolução nº 200 do COTRAN, inúmeros proprietários de veículos de transporte de carga no Paraná passaram a, legal e regularmente, adaptar o eixo suplementar, o que notadamente movimentou intensamente a economia paranaense com o transporte agrícola.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 243/2014

fls. 4

Contudo, o DER/PR, a partir de 2012, passou a negar a renovação das AETs aos "bitrenções" já adaptados legalmente, o que vem causando enormes prejuízos às empresas e proprietários dos referidos caminhões de carga.

Dessa forma munido da informação de que o Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre – DNIT tem regularmente renovado as AETs para os referidos veículos trafeguem pelas rodovias federais, o que também tem ocorrido perante aos órgãos de fiscalização em outros estados da federação serve a presente proposição para garantir o direito adquirido dos proprietários de veículos de carga que suportariam imensurável prejuízo com a não renovação das autorizações, assegurando também a estabilidade jurídica tanto para os referidos particulares quanto para a própria administração pública estadual através dos órgãos de fiscalização, regulamentando a renovação da AET, desde que cumprindo os requisitos e critérios já estabelecidos genericamente em legislação federal e ora suplementados, até o sucateamento das unidades tracionadas regularmente modificadas.

Por todo o exposto, e chamando-se atenção para a carência de legislação específica sobre o assunto, sem deixar de asseverar a competência concorrente desta Assembleia Legislativa sobre a matéria em debate, pugno pela aprovação do presente projeto.

Contudo, o DER/PR, a partir de 2012, passou a negar a renovação da AETs aos "bitrenções" já adaptados legalmente, o que vem causando enormes prejuízos às empresas e proprietários pelos referidos caminhões de carga.